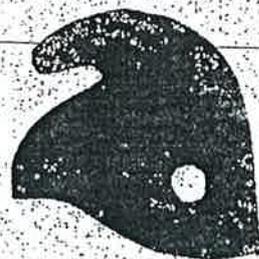
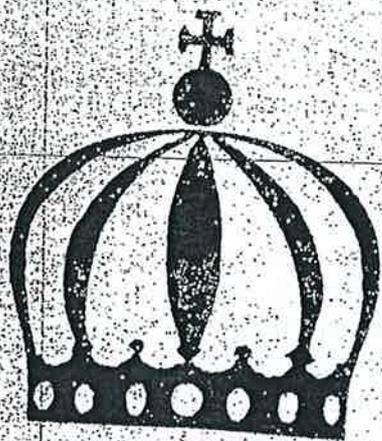


DA MONARQUIA
À REPÚBLICA:
MOMENTOS DECISIVOS

EMÍLIA VIOTTI DA COSTA



FRV

grijalbo

Capítulo X

A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA *

A historiografia da República

Versões tradicionais

É opinião corrente que a proclamação da República resultou das crises que abalaram o fim do Segundo Reinado: a questão religiosa, a questão militar e a abolição. Afirma-se que a prisão dos bispos do Pará e de Pernambuco incompatibilizou a Coroa com extensas camadas da população. A abolição por sua vez, indispos os fazendeiros contra o regime, levando-os a aderir em massa às idéias republicanas. Finalmente, a Questão Militar que se vinha agravando desde a Guerra do Paraguai, em virtude do descontentamento crescente dos militares em relação ao tratamento que lhes dispensava o governo, levou-os a tramar o golpe de 15 de novembro que derrubou a Monarquia e implantou o regime republicano no país.

Alguns historiadores preocupam-se em apurar os verdadeiros intuítos do Marechal Deodoro, na manhã de 15 de novembro, chegando mesmo a afirmar que ele não tinha intenção de proclamar a República, pretendendo apenas forçar a substituição do Ministério. Os que pensam dessa forma consideram decisiva a atitude de Floriano Peixoto e de alguns outros membros do exército que auxiliados por um punhado de civis converteram uma passeata militar num golpe contra o governo. Longe de corresponder às aspirações populares, a República não passaria de um mero golpe militar. A prova da escassa receptividade à idéia republicana, pretende-se encontrá-la no insignificante número de pessoas inscritas no Partido Republicano e na sua escassa penetração nos meios parlamentares. A proclamação da República teria sido facilitada pelo desprestígio que recaía sobre

* Originalmente publicado nos *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, XIX, 1965.

a Monarquia, em virtude das críticas que os próprios monarquistas lhe dirigiam. Em linhas gerais é essa a tese que Oliveira Viana expõe em sua obra sobre o ocaso do Império¹.

Nem todos os historiadores, entretanto, aceitam essa versão. Alguns acham que a República é a consequência natural dos vícios do antigo regime. A Monarquia fora desde o início uma planta exótica na América.

A forma republicana de governo não chegara a se implantar no Brasil, por ocasião da Independência, por circunstâncias fortuitas.

A República correspondia a uma aspiração nacional, como revelaram os movimentos revolucionários ocorridos no país antes e depois da Independência. Era pois natural que a ação do Partido Republicano, fundado em 1870, acabasse frutificando. Os excessos cometidos pela Coroa teriam contribuído, por sua vez, para o desprestígio da Monarquia e para o advento da República.

Analisando melhor as duas teses — às vezes reunidas numa única explicação — verificamos que não passam de interpretações superficiais, limitando-se a reproduzir a opinião dos contemporâneos sobre o 15 de Novembro. Utilizando documentos testemunhais os historiadores elaboraram uma crônica pouco objetiva dos fatos que culminaram com a proclamação da República, e muitos continuam a repeti-la ainda hoje. Sabemos, no entanto, como são deformados e incompletos os depoimentos dos que vivem um momento revolucionário, seja por interesse, seja por paixão, seja por ignorância, ou falta de informações exatas, seja pela dificuldade de abarcar o processo como um todo, nas suas múltiplas contradições.

Logo nos primeiros dias após à proclamação da República surgiram duas versões contraditórias a propósito do movimento: a dos monarquistas e a dos republicanos. Os primeiros², idealizando a Monarquia, consideravam a proclamação da República um acidente infeliz. Era-lhes impossível reconhecer deficiências profundas no regime monárquico. Recusavam-se a admitir que houvesse um motivo razoável para o movimento. Na sua opinião, tudo não passara de um golpe militar oriundo de interesses nem sempre justificáveis e até mesquinhos. Os republicanos, uma minoria pouco significativa no total do país, pleiteavam a mudança do regime, à revelia do povo e em benefício próprio. A República fora fruto do descontentamento e da indisciplina dos militares que se aliaram aos fazendeiros ressentidos com a abolição da escravatura. Essa é a versão dos monarquistas.

1. Oliveira Viana, *O Ocaso do Império*, São Paulo, Ed. Melhoramentos, 1925.

2. Visconde de Ouro Preto, *Advento da ditadura militar no Brasil*, Paris, 1851; Afonso Celso, *O Imperador no Exílio*, Rio de Janeiro, Francisco Alves.

Os republicanos eram, sob certos aspectos, mais objetivos, embora tivessem também uma visão parcial, e nem sempre exata do movimento. Para eles a proclamação da República fora a correção necessária dos vícios do regime monárquico: os abusos do Poder Pessoal, vitaliciedade do Senado, centralização excessiva, fraude eleitoral que possibilitava ao governo vencer sempre as eleições, etc. Correspondendo a uma aspiração nacional, o movimento republicano teria uma força irresistível. Ao proclamar a República os militares seriam intérpretes do povo. Ao partido republicano e ao exército cabiam as glórias do movimento³.

Alguns cronistas influenciados pelo positivismo, então em voga, consideraram a queda da Monarquia uma decorrência natural do processo histórico: estando o regime monárquico historicamente condenado, a República era o desenlace natural dos acontecimentos.

Tanto as crônicas dos republicanos quanto as dos monarquistas atribuíam grande importância à atuação dos personagens que se movimentavam na cena política e cujo desempenho era considerado fundamental para explicar os sucessos que culminaram na queda do regime monárquico. Benjamin Constant, Quintino Bocaiuva, Silva Jardim, Deodoro, Floriano, Visconde de Ouro Preto, a Princesa Isabel, o Conde D'Eu, o Imperador, são personagens importantes dessa história comprazendo-se os cronistas em analisar as inclinações, idiosincrasias, o prestígio, a habilidade ou inépcia de cada um.

Engajados diretamente nos acontecimentos que descreviam os cronistas raramente dispunham da perspectiva necessária à compreensão do processo, não indo em geral, além dos fatos mais conhecidos, não se preocupando em fazer uma análise objetiva dos acontecimentos. Os retratos que traçaram da Monarquia e do movimento republicano são diversos e contraditórios.

À medida que os anos passaram as versões primitivas continuaram a ser divulgadas pelos historiadores⁴. Na década dos vinte, foram publicados uma série de trabalhos sobre o Império e a República. Mais de trinta anos se tinham passado desde a implantação do regime republicano e as crises numerosas que se manifestaram durante

3. Felício Buarque, *Origens Republicanas Estudos de Gênese Política*, Editora Edaglit, São Paulo, 1962. Oscar d'Araújo, *L'Idée Republicaine au Brésil*, Paris, 1893. Tip. Perseverança, Rio de Janeiro, 1890, pág. 136. Suetônio, *O antigo Regime* (Homens e cousas da Capital Federal), Rio de Janeiro, 1896, págs. e apêndice. Euclides da Cunha, *À margem da História*, 6.^a edição, Livreros Lello Irmãos Editores, 1905 (1.^a ed. — Porto, Lello, Rio de Janeiro, 1896, págs. e apêndice).

4. Informações mais detalhada sobre a historiografia da República, Stanley Stein, *A historiografia do Brasil 1808-1889*, in *Revista de História*, vol. XXIX, n.º 50, págs. 81 a 133, São Paulo, julho-setembro 1964.

esse período obrigavam a revisão da História. A República revelava todas as suas contradições. Diante do quadro pouco animador oferecido pela realidade presente, uns procuraram encontrar no passado as raízes dos males presentes, outros, idealizando o passado, consideraram a República o ponto de partida de todos os males. Os historiadores desta geração começaram a atribuir aos próprios monarquistas a responsabilidade do sucedido⁵. As versões tradicionais foram, não obstante, mantidas nas grandes linhas.

A partir de 1930, quando se inaugurou um novo período da vida política do país, a história da República passou a ser vista de forma inteiramente nova. A crise de 1929 e a conseqüente desorganização da economia cafeeira suporte do Império e da Primeira República, o processo de industrialização, a urbanização com seu cortejo de influências, a ascensão lenta mas progressiva da classe média, a formação do proletariado, os progressos do capitalismo industrial, modificaram a perspectiva do historiador. Sob certo aspecto era um novo Brasil que cada um tinha diante de si e era natural que se começasse a encarar o passado sob ângulos novos.

O revisionismo na historiografia da República

O desenvolvimento dos estudos de história econômica, o aparecimento de monografias sobre o movimento republicano, ofereceram novos subsídios para a interpretação do movimento de 1889. Os historiadores tentaram fazer uma análise mais objetiva dos acontecimentos, partindo de uma nova problemática e recorrendo a novas fontes de informação. Abandonando as versões subjetivas dos testemunhos procuraram explicar a queda da Monarquia pela inadequação das instituições vigentes ao progresso do país.

Segundo as novas interpretações o regime monárquico revelando-se incapaz de resolver os problemas nacionais a contento, a começar pela emancipação dos escravos, de cuja solução dependia o desenvolvimento da nação, perdera prestígio sendo derrubado por uma passeata militar⁶. A proclamação da República é o resultado portanto de profundas transformações que se vinham operando no país. A decadência das oligarquias tradicionais, ligadas a terra, a abolição, a imigração, o processo de industrialização e urbanização, o antagonismo entre zonas produtoras; a campanha pela federação

5. Oliveira Viana, *O Ocaso do Império* e Pandiá Calógeras, *Formação Histórica do Brasil*, São Paulo, C. E. Nacional, s/d, José Maria dos Santos, *A Política Geral do Brasil*, São Paulo, 1930. Numa linha inteiramente nova para o seu tempo — Vicente Licínio Cardoso, *À margem da República*, in A. Carneiro Leão, *À Margem da História da República*, Idéias, Crenças, Afirmações, Inquérito por escritores da geração nascida com a República.

6. Caio Prado Jr., *Evolução Política do Brasil*, S. Paulo, 1933.

contribuíram para minar o edifício monárquico e para deflagrar a subversão. Os setores mais progressistas, eliminando o trabalho escravo, esposando relações capitalistas de produção, ansiando por reformas opunham-se aos setores estacionários e retrógrados que apoiavam a Monarquia e eram apoiados por ela. Interessados em monopolizar o aparelho do Estado, os grupos progressistas deram acolhida às idéias mais avançadas: a abolição, reforma eleitoral, federação e finalmente república. Ao lado do núcleo progressista das classes rurais, colocaram-se as classes médias, desejosas de participação política, igualmente favoráveis a mudanças de regime. A República resultou assim, da aliança entre grupos ativos da classe média e representantes do setor mais dinâmico da classe senhorial. O exército identificado com os interesses da classe média realizou a mudança do regime que deixara de atender às necessidades de parcelas importantes da sociedade⁷.

As novas interpretações do movimento de 1889 deixam no segundo plano os personagens e os episódios que tanto pareciam impressionar os cronistas e procuram explicar o movimento como resultante da inadequação do quadro institucional existente à nova realidade social e econômica que se instalara progressivamente no país, a partir de 1870⁸.

Nem todos os historiadores, entretanto, aceitam essa interpretação e ainda recentemente Heitor Lyra, num trabalho exaustivo sobre a Queda do Império⁹ manteve, em linhas gerais, a perspectiva tradicional, fazendo-lhe apenas algumas correções. Faltam estudos sistemáticos e de conjunto sobre a questão e as versões tradicionais continuam repetidas na maioria dos manuais didáticos.

Na análise dos acontecimentos históricos, entretanto, é preciso ir além dos fenômenos aparentes, que são observados e registrados pelos contemporâneos. As grandes transformações que subvertem a estrutura econômica e a ordem social são às vezes silenciosas e passam despercebidas aos olhos dos contemporâneos, ou são vistas de maneira parcial e deformada. O que parece relevante para os que vivem o momento histórico é em geral o que pode ser facilmente observado: as ações individuais, os conchavos denunciados, os episódios mais flagrantes, as intrigas mais conhecidas.

O testemunho, mesmo quando lúcido e esclarecido, tende a personalizar o fato social parecendo ignorar que o homem é bitolado

7. Nelson Werneck Sodré, *Panorama do Segundo Império*, S. Paulo, C. Ed. Nacional, 1935. *Formação da Sociedade Brasileira*, Rio, José Olympio, 1944.

8. Leôncio Basbaum, *História Sincera da República*, Rio de Janeiro, Livraria S. José, 1957 (2.^a ed., S. Paulo, Edições L. B., 1961).

9. Heitor Lyra, *História da Queda do Império*, S. Paulo, Cia. Ed. Nacional, 2 vols., 1964.

pela realidade social dentro da qual ele vive. O cronista, por sua vez, freqüentemente se esquece que para compreender a atuação do personagem é preciso conhecer as motivações, as limitações e as possibilidades que a realidade lhe oferece. Cabe ao historiador analisar os acontecimentos à luz da realidade mais ampla tendo em mente que, se para a compreensão do comportamento individual é suficiente, às vezes, conhecer as idéias pessoais, as simpatias e idiossincrasias de cada um, isso não basta para esclarecer a história, pois para compreendê-la é preciso levar em consideração o processo dentro do qual se insere a ação individual.

Nenhuma revolução é feita em nome de idéias que não tenham alguma receptividade e as razões que explicam porque certas idéias surgem ou vencem em determinado momento, só podem ser entendidas quando se analisa a realidade vivida pelos homens que lutam a favor ou contra elas.

É menos importante para compreensão da instalação da República do Brasil conhecer as inclinações pessoais do Marechal Deodoro e de Benjamin Constant do que analisar as contradições existentes na sociedade que propiciaram a penetração das idéias republicanas em certos meios conduzindo a Monarquia ao colapso e permitindo aos homens atuar de determinada maneira.

A maioria dos depoimentos utilizados pelos que escreveram a história da proclamação da República nos primeiros anos que se sucederam ao acontecimento, não fornece elementos para esse tipo de análise. Para tanto é preciso mudar o enfoque e procurar uma documentação que informe sobre as tensões econômicas e sociais existentes nos fins do Segundo Reinado. É preciso conhecer as mudanças que se operam na sociedade e que propiciaram a solução revolucionária e o golpe. Só uma análise desse tipo permite compreender a situação dos indivíduos e sua atuação.

Os estudos publicados ultimamente sobre a situação econômica, social e política do Império, permitem-nos fazer, desde já, uma série de reparos às versões correntes, eliminando certos mitos que se forjaram ao sabor das lutas políticas e sociais e que foram incorporados à história, sob a roupagem da erudição.

Reparos às versões tradicionais

Abolição e República

Afirma-se freqüentemente que a abolição provocou a queda da Monarquia porque os fazendeiros que até então tinham apoiado o Império aderiram, por despeito ou vingança, à República. Tal idéia começou a circular antes mesmo da assinatura da Lei Áurea. Figu-

rava entre os vaticínios sombrios dos escravistas que auguravam catástrofes inauditas caso a abolição chegasse a concretizar-se. Por ocasião da abolição não faltou quem vaticinasse que decretando a emancipação do escravo a Princesa perderia o Trono. A impressão reforçou-se com o passar do tempo, pois os fatos pareceram confirmá-la. Não faltou, entretanto, já na época, quem encarasse o problema de maneira diversa. Aristides Lobo, num artigo publicado no Diário de S. Paulo, em maio de 1888, considerava a Lei Áurea uma tentativa de salvar a Coroa. No seu entender, a Princesa tivera a sabedoria "de acudir a um incêndio que começava a arder nas proximidades do Trono". A impressão dominante entretanto era que a abolição provocaria a Queda do Trono.

Em julho de 1889, poucos meses antes da proclamação da República, Joaquim Nabuco, observando a agitação que dominava o país dizia, na Câmara dos Deputados, que a força dos republicanos provinha do descontentamento causado pela Abolição. Outros cronistas manifestaram-se da mesma maneira. A partir da proclamação da República tornou-se comum dizer que a abolição provocou a Queda da Monarquia, pelo descontentamento que gerou entre os fazendeiros. Essa idéia nascida da apreciação superficial e apressada dos fatos é apenas em parte verdadeira.

Na realidade, o que se passou foi que a abolição veio dar o golpe de morte numa estrutura colonial de produção que a custo se mantinha frente às novas condições surgidas no país, a partir de 1850.

A classe senhorial ligada ao modo tradicional de produção, incapaz de se adaptar às exigências de modernização da economia, foi profundamente abalada. Ela representara até então o alicerce da Monarquia. Com a Lei Áurea a Monarquia enfraqueceria suas próprias bases. "A nova oligarquia que se formava nas zonas pioneiras e dinâmicas, onde se modernizavam os métodos de produção, assumiria liderança com a proclamação da República Federativa que viria realizar os anseios de autonomia que o sistema monárquico unitário e centralizado não satisfazia".

A abolição não é propriamente causa da República, melhor seria dizer que ambas, Abolição e República, são sintomas de uma mesma realidade; ambas são repercussões, no nível institucional, de mudanças ocorridas na estrutura econômica do país que provocaram a destruição dos esquemas tradicionais. O mais que se pode dizer é que a abolição, abalando as classes rurais que tradicionalmente serviam de suporte ao Trono, precipitou sua queda. Se houve casos de fazendeiros que aderiram ao Movimento Republicano por vingança foram casos isolados que não podem explicar o fim da monarquia ¹⁰.

10. Emília Viotti da Costa, *Da Senzala à Colônia*, S. Paulo, Difusão Européia do Livro, 1966.

É preciso notar ainda que a abolição afetou apenas os setores que se mantinham apegados ao trabalho escravo e estes, na década dos oitenta, constituíam a parcela menos dinâmica do país, pois os setores mais progressistas já se preparavam para a utilização do trabalho livre¹¹. Continuavam apegados ao trabalho servil apenas os fazendeiros das áreas decadentes, rotineiras e impossibilitadas de evoluir para as novas formas de produção.

A Questão Religiosa

Assim como se tem sobrestimado o papel da abolição na proclamação da República, o mesmo se tem feito em relação à questão religiosa, esquecendo-se que ela dividiu a nação em dois grupos: os que eram favoráveis aos bispos e os que se manifestavam de acordo com o governo. A própria Igreja estava dividida, havendo vários padres e irmãos maçons, e foi exatamente esse fato que desencadeou a crise. Por outro lado, a interferência do Estado na Igreja não constituía fato novo, tendo uma longa tradição desde o período colonial.

Os republicanos, como os demais, estiveram divididos em face da Questão Religiosa: uns eram favoráveis aos maçons, outros aos bispos e, por isso, indiretamente, os primeiros apoiavam a política do Governo. Grande número de republicanos era o que se chamaria na época livre pensador, denotando mesmo certa hostilidade a tudo que lembrasse Igreja e clero. No programa do Partido Republicano constava a plena liberdade de cultos, perfeita igualdade de todos os cultos perante a lei, abolição do caráter oficial da Igreja, sua separação do Estado e emancipação do poder civil pela supressão dos privilégios e encargos temporais outorgados a seus representantes, ensino secular separado do ensino religioso, constituição do casamento civil, sem prejuízo do voluntário preenchimento das cerimônias religiosas conforme rito particular dos cônjuges, instituição do registro civil de nascimento e óbitos, secularização dos cemitérios e sua administração pelas municipalidades.

A sociedade brasileira não se destacava por um espírito particularmente clerical. Muito ao contrário, o que se verificava nos meios mais ilustrados era uma afetação de indiferença e certo anticlericalismo, vigente mesmo nos meios católicos. A tradição voltairiana parecia ter deitado sólidas raízes. Havia políticos que se compraziam em afirmar sua independência de espírito. Vendo com maus olhos as veleidades da Igreja, apoiavam o Governo. Por outro lado, era de todos conhecida a religiosidade da Princesa Isabel. A inclinação reli-

11. Heitor Lyra, *História da Queda do Império*, op., cit.

giosa da princesa servia, aliás, de argumento aos republicanos para combatê-la ¹².

É exagero supor que a Questão Religiosa que indispôs momentaneamente o Trono com a Igreja foi dos fatores primordiais na proclamação da República. Para que isso acontecesse era preciso que a nação fosse profundamente clerical, a Monarquia se configurasse como inimiga da Igreja e a República significasse maior força e prestígio para o clero. De duas uma, ou a nação estava a favor dos bispos e contra D. Pedro e então a perspectiva de substituição do Imperador pela Princesa seria vista com bons olhos em virtude de suas conhecidas ligações com a Igreja; ou a nação era pouco simpática aos bispos e nesse caso se solidarizaria com a Monarquia e a Questão Religiosa em vez de prejudicá-la teria reforçado o seu prestígio. De qualquer maneira a Questão Religiosa não poderia contribuir de maneira preponderante para a queda da Monarquia. Quando muito, revelando o conflito entre o Poder Civil e o Poder Religioso, contribuiria para aumentar o número dos que advogavam a necessidade de separação da Igreja do Estado e assim indiretamente favoreceria o advento da República que tinha essa norma como objetivo.

Também não parece exato dizer que o clero identificando-se com o povo onde ele era recrutado esteve sempre solidário com os anseios populares manifestando a sua rebeldia aderindo as idéias liberais e colocando-se contra a Monarquia ¹³, pois na realidade o clero sempre esteve dividido e em certas questões, como no caso da abolição, manteve-se ao lado das camadas dominantes e não ao lado do povo. Havia no Império padres republicanos como o padre João Manuel e padres monarquistas, como muitos outros e a Igreja muito pouco tem a ver com a instalação da República.

O Partido Republicano e a Proclamação da República

Também não se pode superestimar o papel do Partido Republicano. Embora difundido por todo o país ele não contava grande número de adeptos, com exceção dos núcleos de São Paulo, Minas, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. A prova de sua escassa penetração está não só no pequeno número de inscritos nos quadros do partido como na dificuldade encontrada pelos republicanos em apresentar candidatos próprios e vencer eleições. É evidente que esses fatos por si só não bastam para dar uma idéia da real penetração das idéias republicanas no país. Primeiramente, porque é compreen-

12. Veja-se por exemplo Silva Jardim, *A Pátria em Perigo* (Bragança e Orleans). Conferência realizada na cidade de Santos na noite de 28 de janeiro de 1888.

13. Nelson Werneck Sodré, *Formação Histórica do Brasil*, S. Paulo, Editora Brasiliense, 1962, pág. 272.

sível que os republicanos encontrassem dificuldades em ganhar eleições, uma vez que o sistema eleitoral vigente baseado num critério censitário, excluía boa parte da população do direito de voto. Às vésperas da República o eleitorado representava uma parcela mínima da nação, pouco mais de um e meio por cento (1,5%). Por outro lado, a fraude eleitoral contribuía para desnaturar os resultados das eleições. Apesar dos obstáculos, o Partido Republicano conseguiu controlar em São Paulo 1/4 do eleitorado.

O fato de constituir uma minoria não significa entretanto que os republicanos não exercessem um papel significativo no movimento, pois minorias ativas e organizadas sempre foram fatores primordiais em movimentos revolucionários, desde que exista disponibilidade estrutural, isto é, um mínimo de condições favoráveis ao desencadeamento da ação revolucionária. O que é preciso é verificar o grau de organização dessa minorias e as condições existentes para a ação revolucionária.

Era de fato pequeno o número dos elementos inscritos nos quadros do Partido Republicano, mas existiam muitos indivíduos que embora não dessem sua adesão formal ao partido, poderiam ser considerados "simpatizantes", encarando com bons olhos a perspectiva de se adotar no país a forma republicana de governo.

A propaganda desenvolvida pelo partido em comícios, conferências e principalmente através da imprensa contribuiu para criar em certos meios, particularmente nos meios intelectuais, uma opinião pública favorável à idéia republicana¹⁴.

As idéias republicanas não constituíam aspecto novo no país. No período colonial elas representavam a bandeira da emancipação. Feita a Independência passaram a significar a negação da situação vigente.

O fato de as idéias republicanas só se concretizarem em 1889 só pode ser explicado pelas mudanças ocorridas na estrutura econômica e social do país, que levaram uma parcela da nação a se converter às idéias republicanas e outra a aceitar com indiferença a queda da Monarquia. Só uma crise das instituições monárquicas e a conseqüente falta de bases do regime explicaria a debilidade da reação monarquista após o 15 de Novembro. Sem as mudanças ocorridas na estrutura, o Partido Republicano provavelmente não teria conseguido atingir os seus objetivos.

14. Essa é a tese de George C. A. Boehrer — *Da Monarquia À República — História do Partido Republicano do Brasil (1870-1889)*. Ministério da Educação e Cultura, Serviço de Documentação (1954).

O papel do Exército

A proclamação da República não é um ato fortuito, nem obra do acaso como chegaram a insinuar os monarquistas; não é tão pouco o fruto inesperado de uma parada militar. Os militares não foram meros instrumentos dos civis, nem foi um ato de indisciplina que os levou a liderar o movimento da manhã de 15 de novembro como tem sido dito às vezes. Alguns deles tinham sólidas convicções republicanas e já vinham conspirando há algum tempo, sob a liderança de Benjamin Constant, Serzedelo Correia, Solon e outros. Imbuídos de idéias republicanas, estavam convencidos de que resolveriam os problemas brasileiros liquidando a Monarquia e instalando a República.

A idéia de que aos militares cabia a salvação da pátria generalizara-se no exército a partir da Guerra do Paraguai, à medida que o exército se institucionalizava.

É claro que os militares estiveram em todos os tempos divididos entre várias opções e seria um grande equívoco imaginá-los como um todo.

A idéia republicana contava, ao que parece, maior número de adesões entre os oficiais de patentes inferiores e alunos da Escola Militar, enquanto a Monarquia tinha o apoio dos escalões superiores.

A infiltração do pensamento positivista nos meios militares explica em parte a sua adesão à República. É preciso lembrar, entretanto, que não se trata do positivismo ortodoxo, pois mesmo Benjamin Constant, considerado um dos principais representantes do pensamento positivista no exército, não pode ser considerado um positivista ortodoxo. O fato do Apostolado ter um pequeno número de inscritos não impediu entretanto que as idéias positivistas exercessem uma poderosa influência na sociedade¹⁵.

Superestimar o papel do exército na proclamação da República, como fez toda a tradição monarquista desde os primeiros tempos, é esquecer as contradições profundas que abalavam o regime e que possibilitaram o sucesso do golpe.

O mito do Poder Pessoal

Igual equívoco cometem os que consideram a República consequência necessária dos excessos do Poder Pessoal, e que para demonstrar sua tese referem-se às críticas que lhe foram feitas nos últimos anos do Império.

15. João Cruz Costa, *Contribuição à História das Idéias no Brasil*, Rio de Janeiro, 1956; Idem, *O Positivismo na República*, S. Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1956. Ivan Lins, *História do Positivismo no Brasil*, S. Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1964.

Na realidade, as críticas à Coroa e ao Imperador datavam de muito tempo e nem por isso o Trono foi derrubado antes.

A idéia de que o Imperador usou e abusou do Poder Pessoal originou-se da luta que se travou em torno do Poder Moderador, concedido ao Imperador pela Carta Constitucional de 1824.

Segundo a Carta, as atribuições e privilégios do Poder Moderador eram vários¹⁶: podia nomear senadores, convocar extraordinariamente, adiar, prorrogar e até mesmo dissolver a Assembléia Geral, convocando uma nova, sancionar decretos e resoluções da Assembléia para que tivessem força de lei, nomear e demitir livremente os Ministros de Estado (o que posteriormente se modificou com a criação do Presidente do Conselho) suspender os magistrados, perdoar e moderar as penas impostas aos réus condenados por sentença, conceder anistia. A esse poder somavam-se as várias atribuições do poder executivo, entre as quais: convocar a nova Assembléia Geral, nomear bispos e prover os benefícios eclesiásticos, nomear magistrados, prover empregos civis e políticos, nomear embaixadores e agentes diplomáticos e comerciais, nomear e remover comandantes de força de terra e mar, dirigir as negociações políticas com as nações estrangeiras e fazer tratados de aliança ofensiva e defensiva de comércio, só os levando ao conhecimento da Assembléia depois de concluídos, a não ser que sendo concluídos em tempo de paz, envolvessem cessão ou troca de território do Império ou de possessões a que o Império tinha direito (o que tornaria necessário para sua aprovação a ratificação da Assembléia Geral). Cabia ainda ao poder executivo declarar guerra e paz, participando suas decisões à Assembléia. Conceder cartas de naturalização, títulos, honras, ordens militares, distinções em recompensa de serviços feitos, dependendo apenas da Assembléia as mercês pecuniárias, quando não estivessem designadas e taxadas por lei. Era ainda função do executivo expedir decretos e instruções, regulamentos adequados à boa execução das leis, decretar a aplicação dos rendimentos destinados aos vários ramos do poder público, conceder ou negar o beneplácito aos decretos dos Concílios e Letras Apostólicas ou quaisquer outras constituições eclesiásticas e finalmente prover tudo que fosse concernente à segurança interna e externa do Estado.

Como se vê, o Imperador gozava juridicamente de um poder quase absoluto, podendo intervir no legislativo, no judiciário, além de exercer as funções do executivo dividindo-as apenas com os ministros que eram seus executores, reservando-se, entretanto, o direito de demiti-los quando desejasse e chamando quem bem entendesse, para formação do Ministério.

16. *Índice cronológico explicativo e remissivo da Legislação Brasileira de 1822 até 1848* pelo bacharel Antônio Manoel Fernandes, Niterói, Tipografia Nictheroyense, 1849.

Na realidade, a própria Carta Constitucional limitava o poder, e pouco a pouco, ao longo do Império, as prerrogativas imperiais foram restringidas. Uma análise das prerrogativas que usufruíam os demais poderes e, principalmente, a observação do funcionamento concreto do mecanismo político do Império modifica a primeira impressão e nos convence de que o Imperador raramente fez valer sua vontade nos assuntos de envergadura nacional. Quem de fato controlou a política do Império foram as oligarquias que se faziam representar no Conselho de Estado, nas Assembléias Legislativas Provinciais, nas Câmaras dos Deputados, no Senado, nos Ministérios, nos quadros do funcionalismo, e das Forças Armadas. Embora as prerrogativas concedidas pela Carta Constitucional ao Imperador fossem amplas ele de fato nunca as exerceu como um rei absoluto, como fazem crer as críticas que lhe foram feitas por ocasião das crises políticas, e as quais os cronistas mais tarde deram crédito.

A verdade é que o mecanismo do Poder Moderador, tal como foi aplicado no Brasil, em vez de resguardar a Coroa e lhe dar mais força, colocou-a diretamente no centro da luta política.

O direito que tinha o Imperador de dissolver a Câmara e chamar os ministros que lhe parecessem convenientes convocando novas eleições, ao lado da prática eleitoral que, em virtude de fraude, parecia firmar o princípio de que o governo nunca perde as eleições, provocavam atritos, descontentamentos e animosidade em relação a Coroa, todas às vezes que ela exercitava suas prerrogativas. Se o Imperador dissolvia a Câmara e os conservadores eram afastados do governo, moviam intensa campanha contra o Poder Pessoal. O mesmo sucedia quando os liberais eram afetados por idêntica intervenção. Se o Imperador escolhia um senador conservador, os liberais protestavam contra as "exorbitâncias" do poder pessoal, se escolhia um liberal repetia-se o quadro. Os erros dos ministros recaíam sobre o Imperador, ao contrário do que teoricamente deveria acontecer no regime monárquico parlamentar. Os atritos deram origem à lenda do Poder Pessoal.

Não se pode atribuir ao Imperador a orientação eminentemente agrária imprimida à vida econômica do país durante o seu governo, assim como não se pode também responsabilizá-lo pela inexpressividade do corpo eleitoral, e a permanência de uma sociedade patriarcal e escravista. Não foi o Imperador quem promoveu a abolição, nem a reforma eleitoral ou qualquer outra transformação importante que se operou durante seu governo. A estrutura econômica e social do país conferia às oligarquias um imenso poder e o Imperador que se caracterizou por uma certa teimosia em relação a pequenas ques-

tões, procurou sempre, diante dos problemas nacionais, auscultar as oligarquias¹⁷.

As vicissitudes do Poder Moderador não são suficientes para explicar o advento da República. Não foi preciso esperar a década dos oitenta para surgirem críticas ao Poder Pessoal. Muito antes dessa época, elas já tinham assumido o tom agressivo dos ataques dirigidos à Coroa às vésperas da República. Há trinta anos, pelo menos, desde a crise do Gabinete Zacarias, o Poder Pessoal vinha sendo alvo de reiterados ataques¹⁸. Por que só em 1889 proclamava-se a República? Por que só então as idéias republicanas existentes há mais de um século conseguiam se concretizar? Quais as transformações que se operam na sociedade propiciando a mudança do regime? Quais os grupos sociais que serviram de base à Monarquia? Como foram afetados pelas mudanças? Quais os grupos novos? Como atuam, quais suas aspirações e conflitos? Quais são, finalmente, os elementos que compõem os quadros do Partido Republicano?

Dados para uma Revisão

Transformações econômicas e sociais

Durante o longo reinado de Pedro II profundas mudanças ocorreram na economia e sociedade brasileiras.

As primeiras ferrovias vieram substituir, pouco a pouco, em certas áreas, os meios de transportes tradicionais: o lombo de burro, o carro de boi e a barça. Ao findar-se o Império, o Brasil possuía cerca de 9.000 km de estradas de ferro. A rede ferroviária, embora reduzida era suficiente para revolucionar em certas regiões o sistema de transporte e a produção. Por outro lado, igualmente importante

17. Em 1861 Tavares Bastos criticava os que viam no Governo Pessoal o maior vício do país. "Falar de Governo pessoal numa monarquia representativa é antes de tudo uma inverossimilhança, porque nela é isto impossível. Com efeito o sistema que nos rege é o da soberania nacional, isto é, do país pelo país", escrevia Tavares Bastos, acrescentando mais adiante: "Além de impossível, isso de governo pessoal é uma visão. Aponte-me os casos em que o príncipe que atualmente conduz os nossos destinos tenha excedido os limites de um imperador constitucional. Se designaes este ou aquele despacho, esta ou aquela escolha de senador, eu vos recorde que tais atos hão sido lavrados por membros de gabinetes fortes, e, se algum existe decretado apesar seu, peço-vos que vos indigneis contra a subserviência dos ministros eunucos" (Tavares Bastos — *Os males do Presente e a Esperança do Futuro*, Rio, Cia. Ed. Nacional, 1939). (Nova ed., SP., Cia. Ed. Nacional/Brasília, INL, 1976).

18. Afonso d'Albuquerque Mello, *A liberdade do Brasil, seu nascimento, vida, morte e sepultura*, Recife, 1864. Veja-se, muito antes, o *Libelo do Povo* de Timandro in R. Magalhães Jr., *Três Panfletários do Segundo Reinado*, S. Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1956, pág. 61 e segs.

foi a progressiva substituição dos barcos à vela, que faziam a navegação costeira até meados do século, pelos barcos a vapor.

Introduziram-se processos mais modernos no fabrico de açúcar e apareceram aqui e lá engenhos que se distinguiram dos banguês pelo aspecto moderno de suas instalações. Nas fazendas de café do Oeste Paulista, zona pioneira e dinâmica, introduziram-se processos mais aperfeiçoados no beneficiamento do café, aumentando a produtividade.

O capitalismo industrial esboçou seus primeiros passos. Em pouco mais de dez anos o número de indústrias passou de 175, em 1874, para mais de seiscentas. Eram empresas ainda pequenas e modestas, na sua maioria, mas significavam já uma profunda transformação na economia e na sociedade.

Os organismos de crédito multiplicaram-se. O sistema escravista entrou em crise, solapado pelas novas condições econômicas, que a revolução industrial criara no campo internacional, e pelas mudanças ocorridas na economia brasileira. O trabalhador livre começou a substituir o escravo. Nas áreas cafeeiras mais dinâmicas encontrou-se na imigração a solução para o problema da mão-de-obra.

A economia brasileira tornou-se mais diversificada e complexa. A população passou de pouco mais de três milhões em 1822, para cerca de quatorze milhões na década dos oitenta. Concomitantemente às transformações econômicas, assistiu-se em certas regiões a um fenômeno de urbanização.

Esboçava-se a formação de um mercado interno. Surgiam perspectivas de novos empreendimentos. A agricultura não era mais o único empreendimento possível. Os capitais começavam a ser aplicados em outros setores: construção de vias férreas, organização de instituições de crédito, estabelecimentos industriais, principalmente no campo da fiação e tecelagem.

Os novos grupos

As transformações econômicas afetavam profundamente a sociedade. Criavam-se novos interesses, freqüentemente diversos dos tradicionais. Os grupos ligados à incipiente indústria pleiteavam a proteção do Governo. Em 1882, a Associação Industrial, organizada no Rio de Janeiro, lançou um manifesto, redigido por Felício dos Santos, afirmando que o país só se poderia libertar da instabilidade e dos riscos da economia monocultora se desenvolvesse a indústria. Só assim seria possível diminuir a importação, aliviar a balança comercial e alcançar a independência econômica. Para isso, entretanto, era preciso o apoio governamental. Fomentar a produção industrial através de todos os meios era o que pleiteavam os empresários. Tais

aspirações, entretanto, nem sempre encontravam boa acolhida nos setores agrários que tinham ampla representação no Parlamento.

Ao lado das categorias ligadas aos empreendimentos industriais, surgiam outros grupos representantes do que se poderia chamar a pequena e média burguesia¹⁹. Tratava-se de elementos ligados a atividades mercantis, às profissões liberais, à administração pública, aos meios de transporte, aos bancos, etc., cujo número crescia progressivamente dando origem a uma população urbana. A maioria gravitava na órbita dos senhores rurais, aos quais não só se ligava por interesses econômicos, como freqüentemente se unia por laços familiares. Possuíam, no entanto, a propósito de algumas questões, uma perspectiva que lhes era própria, diversa da visão senhorial, que de resto procuravam imitar. Não importa que muitos proviessem de famílias tradicionais e que, ou fossem os filhos pródigos que abandonavam a proteção da Casa Grande para se lançarem nas incertezas da vida urbana, ou fossem remanescentes de antigas estirpes que tinham empobrecido trazendo consigo o saudosismo do *status* perdido. As experiências de vida nas cidades eram muito diversas das zonas rurais e a geração que se urbanizava abandonava insensivelmente muitos dos valores tradicionais²⁰.

Não é fácil estabelecer os limites que separam as categorias urbanas das camadas rurais, pois enquanto alguns elementos urbanos provinham das camadas senhoriais, outros assim que acumulavam pecúlio afazendavam-se, comprando terras, convertendo-se em fazendeiros e senhores de escravos. A intensa circulação social existente dificulta a caracterização dos grupos que compunham a sociedade brasileira, mas nem por isso se pode desconhecer a existência de camadas urbanas cujo comportamento se diferencia das demais e cujos valores já não são exatamente os das camadas senhoriais. O

19. Frequentemente se incorre no erro de confundir classes médias com profissões ditas liberais: direito, medicina, magistratura, engenharia, magistério, jornalismo, esquecendo-se que às classes médias também pertencem muitas outras categorias profissionais tais como as ligadas às indústrias de transformação, a prestação de serviços, alojamento, alimentação, conservação e reparo, diversões e outras atividades remuneradas: comércio de mercadorias, transportes e comunicações, armazenagens, atividades sociais, assistência, beneficência, administração pública, comércio de imóveis e valores imobiliários, crédito, capitalização, seguros, defesa nacional e segurança pública, e que se definem não só pelo *status* que ocupam na sociedade como por sua situação econômica e pela consciência que tem de si mesmo, e pelo seu quadro de valor e padrões de comportamento, diferenciando-se dos demais grupos que constituem a sociedade.

20. Sobre o papel das classes médias no movimento republicano veja-se Nícia Vilela Luz, "O papel das classes médias brasileiras no movimento republicano", *Revista de História*, 57 (XV)-13-28, janeiro-março 1964. Sobre conceito de classe social: Georges Gurvich, *El concepto de clases sociales de Marx a nuestros días*, 2.^a ed., Buenos Aires, Galatea, 1960.

comportamento daqueles grupos diante de problemas tais como a abolição, a eleição direta e finalmente a República revelam o caráter novo da sua posição ²¹.

Outro fenômeno importante que ocorre na época é o desenvolvimento das camadas urbanas mais pobres. Não é por acaso que a propaganda política sai dos teatros e dos salões de banquete, onde se confinara, para as ruas. Os comícios realizados por Lopes Trovão em praça pública no Rio de Janeiro são significativos dessa transição.

Os grupos tradicionais

As transformações econômicas afetam também os grupos tradicionais. Enquanto nas zonas pioneiras os fazendeiros introduzem nas fazendas métodos mais aperfeiçoados, substituindo o escravo pelo trabalhador livre, os fazendeiros das zonas mais antigas — atingidos pela decadência e ruína dos cafezais cuja produtividade diminuía consideravelmente, apegavam-se a formas tradicionais de produção e ao trabalho escravo ²².

Desde a década dos setenta, mas principalmente na dos oitenta, quando aumentaram as facilidades para utilização do trabalhador livre estrangeiro, as lavouras do Vale do Paraíba estavam decadentes,

21. Analisando alguns casos individuais pode-se ter a impressão de que não existe uma consciência burguesa no país nesse período. Assim é que Andrade Figueira, advogado, defendia a lavoura e se filiava à perspectiva senhorial, enquanto outros como Nabuco, por exemplo, de família de fazendeiros, combateria por vezes, aquela posição. Entretanto, tomada num sentido mais amplo, analisando-se a experiência de vida, as ligações de interesses de cada um e, principalmente, observando o comportamento da maioria, verifica-se que de fato existe ao findar o Império uma camada urbana que nem sempre se identifica com a camada senhorial e que age muitas vezes contra os seus interesses. O caráter ambíguo da classe média brasileira foi notado principalmente por sociólogos americanos que habituados à ideologia de classe média americana, espantaram-se de encontrar no Brasil uma atitude negativa da classe média brasileira em relação a si mesma. Referindo-se já no século XIX, Charles Wagley, por exemplo, comenta que exceto no extremo sul do Brasil, onde existem numerosos imigrantes europeus, "não se poderá afirmar ter existido no Brasil uma classe média. Profissionais, liberais, militares, funcionários públicos, homens de negócios, comerciários, proprietários rurais, cujo nível de educação e padrão de vida parecia indicar pertencerem a uma classe média e que a julgar pelas origens não se incluíam entre os elementos das famílias tradicionais, identificavam-se com os valores da "Classe Superior tradicional" (Charles Wagley, *A Revolução Brasileira*, Livraria Progresso Editora). É preciso entretanto lembrar que essa atitude que define a das classes médias brasileiras num certo período não a impediu de agir, muitas vezes, em contradição com os interesses senhoriais. O estudo do comportamento político e social das classes médias brasileiras ainda está por ser feito, e é sem dúvida uma chave importante para a compreensão do Brasil no século XX.

22. Emília Viotti da Costa, *Da Senzala à Colônia*, S. Paulo, Difusão Européia do Livro, 1966, pág. 497.

e enfrentavam de maneira dramática o problema da substituição da mão-de-obra escrava. Cafezais que outrora haviam produzido cem, duzentas e até mais arrobas de café, beneficiado, por mil pés, não rendiam mais de que 50. A baixa produtividade condenava-se ao abandono e decrepitude. Em 1883, calculava-se que a dívida total da lavcureira cafeeira no Império montava a trezentos mil contos, recaindo a maior parte sobre as fazendas do Vale do Paraíba, onde 50% dos proprietários encontravam-se em situação deficitária e sem perspectivas de recuperação²³. A situação crítica em que se encontravam impedia-os de melhorar a produtividade. Não conseguiam acompanhar o nível salarial de outras áreas mais prósperas, por isso dificilmente conseguiam imigrantes. Apegavam-se ao trabalho escravo. Não podiam melhorar o sistema de produção porque não dispunham de capitais e não dispunham de capitais porque era baixa a produtividade de seus cafezais.

Profundas divergências dividiam os dois grupos no campo da política provincial. Em São Paulo os fazendeiros do oeste pretendiam estimular a imigração e a construção de ferrovias em sua região; os fazendeiros do Vale faziam-lhe oposição, acusando-os de confundirem os interesses particulares com os interesses provinciais onerando os cofres públicos. As divergências evidenciadas no plano local repercutiam no plano nacional.

Idêntica oposição entre setores progressistas e setores tradicionalistas verificava-se em outras áreas do país. Nas zonas açucareiras o fenômeno se repete, embora em escala mais modesta, em virtude do estado de crise que afetou, no decorrer do século XIX, a economia açucareira dificultando o processo de modernização da economia. Os proprietários de engenhos melhor situados conseguem introduzir aperfeiçoamentos no sistema de fabrico do açúcar equipando melhor os engenhos e ampliando sua capacidade de produção. A sua prosperidade contrasta com a ruína e a decadência dos banguês. Também no Rio Grande do Sul, observa-se o mesmo contraste entre o novo e o velho²⁴.

As contradições entre os vários grupos agravam-se com o passar do tempo, à medida que se acentuam as diferenças entre os setores mais arcaicos, incapazes de modernização, e as áreas mais progressistas.

23. Em 1854, a zona Norte (isto é, o Vale do Paraíba), produziu 77,46% do café paulista. Em 1886, conseguiu produzir apenas 19,99%, do total produzido em S. Paulo. A zona Central, a Mogiana e a Paulista produziram 74,5% — Sérgio Milliet, *Roteiro do Café e outros ensaios*, S. Paulo, Coleção do Departamento de Cultura, vol. XX, págs. 19 e 20.

24. Fernando Henrique Cardoso, *Capitalismo e Escravidão*, S. Paulo, Difusão Européia do Livro, 1961.

O enfraquecimento dos grupos tradicionais que tinham sido o suporte da Monarquia durante todo o Império, abalou as bases do Trono. A abolição representaria para esses grupos um rude golpe. Enfraqueciam-se mais ainda as bases sociais, já debilitadas, sobre as quais se apoiava a Monarquia.

As contradições do sistema e as novas aspirações

O ideal de federação

As transformações econômicas e sociais que se processam durante a segunda metade do século XIX acarretam o aparecimento de uma série de aspirações novas provocando numerosos conflitos. Os meios industriais pleiteavam uma política protecionista, nem sempre aprovada pela lavoura mais tradicional. Os fazendeiros do Oeste paulista almejavam uma política favorável à imigração. Já os senhores de engenho ou fazendeiros das áreas mais tradicionais, que ainda dispunham de numerosos escravos, eram contrários a essa orientação preferindo estimular a criação de núcleos coloniais. Alguns grupos urbanos não comprometidos com o sistema escravista empenhavam-se na abolição e pleiteavam maior representação na vida política do país, exigindo a substituição do sistema de eleições indiretas que propiciava a preponderância dos grupos tradicionais pela eleição direta. Os setores interessados no desenvolvimento da imigração sentiam as dificuldades resultantes do fato de ser a religião católica declarada religião do Estado, e pleiteavam a separação entre Igreja e Estado. Havia ainda problemas decorrentes da penetração do capitalismo internacional em vários setores tais como redes ferroviárias, gás, iluminação de rua, instalação de engenhos centrais, criação de Bancos, comércio de exportação e importação e outras atividades rendosas, que eram monopolizadas por estrangeiros. O crescimento da população urbana por sua vez gerava reivindicações novas referentes à instalação e ampliação da rede de esgotos, água, melhor iluminação, abastecimento de gás, linhas de bonde, etc.²⁵.

Face a tantas contradições a solução parecia estar no sistema federativo. A excessiva centralização que caracterizava a administração imperial desgostava uma parcela da opinião pública que considerava tal sistema um entrave ao desenvolvimento do país e à solução dos problemas mais urgentes. A idéia federativa adquiria assim maior prestígio.

Não se tratava de uma idéia nova, apenas ganhava uma nova substância. Por ocasião da Independência fora invocada em defesa

25. *Revista Ilustrada*, 14 (540), 16 de março 1889. Veja-se ainda *Revista Ilustrada*, 17 de agosto 1882.

da ordem tradicional e de antigos privilégios. Era expressão não só das diferenças regionais como da longa tradição descentralizadora que caracterizava a vida na colônia, onde cada região parecia entender-se melhor com o governo da Metrópole do que com o Vice-Rei. Vencera, entretanto, o princípio unitário, favorecido pela conjuntura interna e internacional. O exemplo dos povos sul-americanos, que se tinham demonstrado incapazes de manter unido o antigo Império espanhol e que viviam ameaçados por agitação e lutas intestinas, serviria de argumento àqueles que consideravam a monarquia unitária e centralizada a melhor solução para os problemas brasileiros.

A identificação entre poder político e econômico e a ausência de conflitos fundamentais entre os grupos dominantes, favoreceram a sobrevivência desse regime durante longo período, até que as contradições e conflitos gerados pelas transformações que se processam na estrutura do país, e o desequilíbrio crescente entre poder econômico e político puseram em xeque as soluções tradicionais, dando novo vigor à idéia federativa, que de resto nunca chegou a desaparecer, figurando entre as reivindicações teóricas do Partido Liberal e no Manifesto Republicano de 1870, onde se lê: "O regime de federação baseado na Independência recíproca das Províncias, elevando-as à categoria de Estados próprios unicamente ligados pelo vínculo da nacionalidade e da solidariedade dos grandes interesses de representação e defesa exterior, é aquele que adotamos".

A partir de então o ideal federativo ganhou maior número de adeptos. Em 1885, num célebre discurso proferido na Câmara dos Deputados, Nabuco assinalava a conveniência da Monarquia levar a cabo a concretização do ideal que existia desde os tempos da Independência. Justificando a necessidade da Federação dizia que as grandes distâncias impediam uma administração eficaz. As diferenças regionais eram outro argumento a favor da idéia: tão diferentes se apresentavam os problemas do nordeste e do centro, os do sul discrepavam tanto das demais regiões, que era impossível dar-lhes uma administração uniforme. Era evidente que se impunha maior autonomia local. Interesses diferentes ditados pela diversidade regional, não comportavam administração homogênea, emanada de um centro distante, onde se desconheciam os problemas regionais ²⁶:

26. Não era muito diferente desta a argumentação usada sessenta anos antes pelos revolucionários pernambucanos. No jornal de Frei Caneca *Typhis* de 8 de julho de 1824, escrevia-se: "O Brasil tinha e tem todas as proporções para formar um estado federativo. A grandeza do seu território, as diversíssimas riquezas do seu solo, os diversos caracteres dos povos que o habitam que formam outras tantas nações diferentes, quantas as suas províncias, a simplicidade dos seus costumes que os habitam para a prática das virtudes republicanas" (...), *Obras políticas literárias de Frei Joaquim do Amor Divino Caneca*, coleção pelo Comendador Antônio Joaquim de Melo, 1.^a ed., tomo I, Recife, 1875.

A absorção crescente das províncias pelo Estado consultava à prosperidade do país e a dívida pública avultava ano para ano, onerando as províncias. No seu entender, isso levaria fatalmente às idéias separatistas: “o grande perigo”, “o maior desastre” de que só a federação poderia nos afastar decisivamente. Firmada sob o Império que lhe tolheria os abusos e corrigiria os possíveis excessos, a federação levaria o país, com segurança, ao regime democrático e à República.

Apresentava nessa ocasião com a assinatura de trinta e oito deputados liberais um projeto propondo que os eleitores fossem consultados e que lhes fossem concedidos poderes especiais para na própria legislatura reformarem os artigos da Constituição necessários à transformação do país em federação. Propunha o projeto que se convertesse em artigo constitucional a seguinte proposição: “O Governo do Brasil é uma monarquia federativa em tudo o que não disser respeito à defesa externa e interna do Império, à sua representação no exterior, à arrecadação dos impostos gerais e às instituições necessárias para garantir e desenvolver a unidade nacional e proteger efetivamente os direitos constitucionais dos cidadãos brasileiros. Os governos provinciais serão completamente independentes do poder central”.

O projeto não chegou a ser transformado em lei e só com a República foi alcançado o seu desiderato.

A apreensão de Nabuco quanto às possibilidades de se desenvolverem idéias separatistas no país, não era de todo infundada. Ao fazer essa afirmação pensava certamente em alguns pronunciamentos feitos em São Paulo, por políticos de prestígio.

O separatismo consubstanciava em São Paulo os anseios e aspirações das zonas progressistas.

Contradições entre o poder político e poder econômico: Separatismo

As idéias separatistas nasciam do profundo desequilíbrio entre o poder político e poder econômico que se observava nos fins do Império, oriundo do empobrecimento das áreas de onde provinham tradicionalmente os elementos que manipulavam o poder e concomitantemente do desenvolvimento de outras áreas que não possuíam a devida representação no governo.

A prosperidade do Vale do Paraíba na primeira metade do século XIX devida à expansão cafeeira, tinha dado origem à aristocracia dos barões do café que ao lado dos senhores de engenho representavam a parcela mais importante da sociedade, controlando a vida econômica, social e política da nação, direta ou indiretamente através de seus prepostos. Com o passar do tempo, entretanto, as

oligarquias tiveram abaladas suas bases econômicas. A crise que atingiu a economia açucareira e o declínio de produtividade das fazendas de café do Vale do Paraíba enfraqueceram aqueles núcleos de poder. Enquanto isso, as fazendas de café do Oeste Paulista passavam a liderar a exportação. A partir de 1880, a região se converteu numa das áreas mais dinâmicas do país. Sua representação política, no entanto, era relativamente pequena.

Observando-se os quadros políticos do Império verifica-se que em 1889, entre os senadores, apenas três, num total de 59, provinham de São Paulo: o Barão de Souza Queiroz, nomeado em 1848, Joaquim Floriano de Godoi, nomeado em 1872 e finalmente Antônio da Silva Prado que se tornou senador em 1887. O número de senadores paulistas equivalia ao do Pará, enquanto Sergipe, Alagoas, Paraíba, tinham dois, Bahia, seis, Minas contava dez, Pernambuco seis e Rio de Janeiro cinco, São Paulo tinha na Câmara dos Deputados uma bancada composta de nove deputados, enquanto Ceará dava 8 deputados, Pernambuco 13, Bahia 14, Município da Corte e Rio de Janeiro 12, Minas Gerais, 20. Analisando-se os componentes dos ministérios verifica-se igualmente que foram raros os representantes do Oeste Paulista que figuraram como ministros. O mesmo se observa no Conselho de Estado onde predominavam representantes de outras regiões, principalmente do Vale do Paraíba, Minas, Bahia e Rio Grande do Sul²⁷. O que era mais grave é que até mesmo na presidência da província, obedecendo aliás a uma norma seguida na época, predominavam elementos oriundos de outras regiões.

De tudo isso resultava profundo descontentamento dos paulistas que se sentiam ao mesmo tempo orgulhosos de suas empresas, prejudicados em seus interesses e cerceados em suas iniciativas, pela excessiva centralização. A idéia de federação encontraria assim entre eles numerosos defensores. Os mais extremados chegariam a falar em separação. A maioria consideraria a República a solução ideal para esses problemas.

Não seriam muitos nessa época os adeptos das idéias separatistas. Certamente bem menos numerosos do que em 1932, quando os mesmos argumentos foram invocados para justificar a luta revolucionária que isolou São Paulo do país, mas a simples presença dessas idéias demonstra o quanto eram graves as tensões no período final do Império.

27. *Organização e Programas Ministeriais. Regime Parlamentar no Império*, 2.^a ed., Rio de Janeiro, 1962 (Ministério da Justiça, Negócios Interiores, Arquivo Nacional), Santanna Nery refere-se a 4 senadores por S. Paulo num total de 60 equivalentes ao Ceará, Pará, Maranhão 4, Rio Grande do Sul tendo 3, Minas 10, Rio de Janeiro 6, Bahia 7, Pernambuco 6 (Santanna Nery, *Le Brésil en 1889*, Paris, 1889, pág. 202).

Em 1877, ao inaugurar-se a estrada de ferro São Paulo-Rio, Ferreira de Menezes, publica na Gazeta de Notícias do Rio de Janeiro, um artigo transcrito na Província de São Paulo a 7 de julho comentando a atitude dos paulistas: — “O paulista, pela iniciativa é poeta, poeta do progresso, poeta prático. Seus versos são estes: boas estradas, máquinas, navegação, lavoura, melhoramentos”. — “Ama-se (a si mesmo) e por isso é bairrista como nenhum povo. A seus olhos a primeira qualidade que pode por graça de Deus tocar a uma creatura é ser Paulista”. “O amor próprio do paulista alcança já o sonho de independência. Um país independente, o querido torrão, eis a idéia que sorri-lhes, dia e noite. Todos os anos, somam os paulistas o que receberam do governo geral e comparam com o que deram ao mesmo, ora como já dão mais do que recebem, em sendo como são homens positivos, poetas práticos, já murmuram: Porque não havemos de ser Independentes?”²⁸.

Eram as primeiras manifestações da “mística dos paulistas” e do espírito separatista que se converteram em mitos poderosos durante a Primeira República e que ainda hoje são cultivados por indivíduos que vivem presos ao passado.

Um dos principais advogados dos ideais separatistas foi Martin Francisco, que desde 1879 lamentava na Assembléia Provincial “tanta riqueza mal barateada, uma província que só por si poderia constituir um estado e que em menos de dez anos de paz e de trabalho seria a primeira potência da América do Sul” e que no entanto “em virtude do desgoverno podia ter por horizonte a bancarrota e o descrédito”.

Dois anos depois, em circular ao eleitorado paulista, lembrava altivamente que prezava mais o título de paulista do que o nome de brasileiro. Em 1884, reclamava que a sua província não era levada em consideração pelo poder central: quando queremos progredir, dizia, “ostentam-se contra nós os anéis da engrenagem centralizadora, ocupam nossos empregos com gente estranha à nossa vida, aos nossos interesses e aos nossos meios de ação...”

Na ocasião, perguntando-lhe Lourenço de Albuquerque a que atribuía a infelicidade da província de São Paulo, respondia: ao pouco valor de sua deputação. Cada deputado paulista representava no mínimo 1.500 eleitores enquanto cada deputado do norte representava no máximo 800.

Anos mais tarde, num artigo intitulado “Verdades Amargas”, voltava ao assunto comentando que cada deputado provincial representava mais de quarenta e dois mil habitantes e que segundo esta

28. Cit. in Tácito de Almeida, *O movimento de 1887*, São Paulo, 1934, pág. 17.